

Conferência APB sobre o Sistema de Pagamentos Português

Lisboa, 4 de Dezembro de 2014

Todos sabemos que a Banca vem exercendo duas missões fundamentais:

- 1ª - a de intermediação: a primeira responsabilidade dos bancos é a de gerir bem os recursos, em particular os depósitos dos clientes, e de os aplicar de forma eficiente no financiamento das famílias, das empresas, das instituições, ao serviço da economia, do crescimento e bem estar dos cidadãos. Os bancos canalizam as poupanças que agregam para quem tenha capacidade empreendedora e vontade de investir ou de consumir para melhorar a sua qualidade de vida;
- 2ª - a função de disponibilização aos cidadãos e agentes económicos e institucionais dos sistemas de pagamentos, em condições de segurança, eficiência e confiança.

As notícias sobre a banca são muito mais frequentes no que respeita aos assuntos relacionados com a primeira destas missões.

De facto, questões como a concessão (ou a escassez) de crédito à economia e aos cidadãos, as taxas de juro do crédito (agora muito altas para o crédito novo mas, no passado, tão baixas que – dizem alguns – “terão estimulado” o endividamento), o crescimento dos depósitos que se vem registando em ambiente de austeridade, a complexidade de produtos financeiros postos à disposição dos cidadãos e das empresas, os lucros dos bancos antes da crise e os prejuízos registados recentemente, o *funding* e os níveis de capital das instituições bancárias, são matérias muito mais faladas e analisadas do que as mudanças que vêm ocorrendo nos sistemas de pagamento.

Esta manhã é dedicada aos Sistemas de Pagamento.

Vale a pena visitá-los, tanto no que respeita à sua evolução nas últimas décadas, como em relação às perspectivas, tendências e desafios que se perfilam para o futuro.

Deixo-vos, nesta introdução à Conferência, algumas meras 10 constatações.

- (1) - Portugal detém um dos sistemas de pagamento de retalho mais avançados, eficientes, funcionais e seguros na Europa e no Mundo. É um motivo de orgulho para a banca portuguesa.
 - (2) - O exemplo da SIBS é reconhecido como um dos mais inovadores, completos e eficazes, tendo-se introduzido um sistema onde, todo o processamento para um conjunto de métodos de pagamento, é efectuado centralmente. O “Multibanco” é uma marca de grande prestígio.
 - (3) - As ATM portuguesas encontram-se entre as mais operacionais e com maior número de funcionalidades e são, também, muito avançadas em termos de *hardware*.
 - (4) - Portugal é o único país onde os bancos não podem, por lei, cobrar aos seus clientes pelos serviços prestados através de ATM (a Holanda é o outro Estado Membro da União Europeia que também não cobra por levantamentos de dinheiro em ATMs de outro “*provider*”, mas não por imposição legal). Os custos têm de ser repercutidos ou absorvidos de alguma outra forma.
 - (5) - Os custos para o sistema bancário dos diferentes instrumentos de pagamento não cobrem os proveitos obtidos. O grau de cobertura é de 71,8%, de acordo com o último Relatório do Banco de Portugal sobre o assunto.
Isto é, o sistema de pagamentos, no seu conjunto, tem sido responsável por prejuízos que, em 2009, ultrapassaram os 350 milhões de euros. Num momento em que a rentabilidade da banca está sob forte pressão (registaram-se prejuízos elevados para o conjunto da banca em 2011, 2012 e 2013, que estimamos poderem ocorrer ainda em 2014), é motivo de preocupação acrescida.
 - (6) - Na óptica dos custos sociais (que correspondem aos custos dos recursos despendidos por todos os intervenientes – bancos, processadores, comerciantes e banco central – para disponibilizar e permitir a utilização dos diferentes instrumentos de pagamento), os custos unitários sociais de Portugal são inferiores à média europeia.
 - (7) - Os sistemas de pagamento, tal como o sector bancário no seu conjunto, estão a viver enormes alterações, quer a nível regulatório, quer tecnológico, quer comportamental.
-

O objectivo destas alterações é o de tornar os sistemas mais eficientes, mais competitivos, mais seguros e mais de encontro às necessidades dos utilizadores.

(8) - No domínio da Regulação, nesta área dos Sistemas de Pagamentos, sobressaem desde logo três dossiers:

- A entrada em vigor, em 01/12/2014, do *SEPA – Single Euro Payment Area* – Área Única de Pagamentos em Euros, devidamente enquadrado.
- Uma proposta de revisão da Directiva para o sistema de Pagamentos (PSD2). A primeira Directiva dos Serviços de Pagamento definiu o quadro legal para a criação de um mercado único para pagamentos na Europa. A Comissão publicou em Julho uma proposta de revisão (PSD2) que tem como um dos principais objectivos ajudar a desenvolver o mercado único dos pagamentos electrónicos, nomeadamente admitindo o acesso a contas de pagamentos aos TPP (*Third Party Providers*), designados por PIS (*Payment Initiation Services*).

A EBF tomou posição sobre esta iniciativa, chamando em particular a atenção para que a proposta do PSD2 deverá ser emendada para garantir uma clara atribuição de responsabilidades e definições das partes envolvidas, incluindo requisitos de segurança, com adequada protecção dos consumidores contra riscos de fraude e/ou abuso na utilização de dados pessoais sensíveis, tais como roubo de identidade, utilização ilegal de credenciais ou *hacking*.

Não é este o lugar nem o tempo de o suscitar, mas este e vários outros aspectos desta iniciativa da Comissão devem ser objecto de melhorias.

- Uma proposta da Comissão sobre a Regulação nas “*Interchange Fees for Card-based Payment*”, que foi objecto de forte objecções da banca europeia, veiculada pela FBE. São, de facto, várias as razões para contestar uma medida que atenta contra o normal funcionamento da economia de mercado – os preços dos serviços devem ser fixados pela via da contratação entre as partes e não por via administrativa.

Apenas sublinho os seguintes pontos:

- É injustificada do ponto de vista da racionalidade económica e até do seu fundamento legal – não existe qualquer evidência de que a

“limitação” das *interchange fees* conduza a um aumento do volume de transacções.

- Derroga o princípio da subsidiariedade (facto particularmente relevante quando 93% das transacções com cartões se efectuam a nível nacional e não europeu).
- É inoportuna, num momento em que a União Bancária se encontra fragmentada, os sistemas bancários da periferia marginalizados e em condições concorrenciais particularmente desfavoráveis perante um mercado interno fortemente desnivelado - pôr em prática esta regulação antes de estar concluída a UB e do mercado bancário europeu estar nivelado será altamente desfavorável para a economia portuguesa e a dos países periféricos
- Põem em causa a capacidade de investimento em inovação por parte dos operadores
- Obrigar os bancos a repercutir os custos inerentes na economia (empresas e consumidores), o que é inevitável, em particular num momento em que a pressão sobre a rentabilidade da banca é muito elevada
- Não existe também nenhum caso que demonstre que uma tal medida beneficia os consumidores – pelo contrário, as experiências conhecidas demonstram que estes acabam por sair penalizados.

Permitam-me um parêntesis:

De facto, em relação a todas as iniciativas regulatórias, quaisquer que sejam, é importante reflectir e avaliar o impacto das imensas medidas regulatórias em curso (traduzidas em Directivas, Regulamentos, Deliberações, Leis, etc), concebidas para gerar benefícios a curto, mas sobretudo a médio e longo prazos, nomeadamente os efeitos sobre a economia e sobre a capacidade dos bancos de a financiar em condições de preço não gravosas. Há que ser coerente e consistente com os objectivos principais que se visam – promover o crescimento, o emprego e o bem estar dos cidadãos, assegurando o seu financiamento em termos razoáveis, para o que é necessário um sistema bancário estável e forte.

Assim, todas as medidas devem ser previamente avaliadas nos seus impactos, nos seus custos e ser devidamente calibradas, tomando em conta o seu custo/benefício e as repercussões na economia. O crédito bancário é a sua maior componente, na Europa representa mais de 75% do financiamento das empresas.

Como todos sabemos, os bancos desempenham um papel insubstituível no financiamento da economia.

Para promover o crescimento e o desenvolvimento económico e social é indispensável um sistema bancário forte, moderno, operacional e confiável, o que, em síntese, se traduz por:

- ✓ bancos bem capitalizados, com bons níveis de solvência e balanços que reflectam com rigor a sua realidade patrimonial e que tenham adequada rentabilidade
- ✓ modelos de negócio claros e ajustados aos contextos e às necessidades
- ✓ capacidade de inovação e tecnologia avançada
- ✓ boa governação
- ✓ um sistema de pagamentos eficiente, seguro e fiável
- ✓ uma relação amigável com os clientes, através de boas práticas, de transparência, de grande sentido ético, a par da prestação de serviços de qualidade
- ✓ uma comunicação, interna e externa, que contribua para o reforço da confiança nas instituições bancárias.

O *tsunami* regulatório em curso tem em vista a construção de um tal sistema, mas o processo de ajustamento a ele inerente pode introduzir danos no curto prazo.

Como *Jacques de Larosière*, uma das grandes figuras da banca europeia, expressou numa recente intervenção:

“É evidente que desde 2011, os bancos da Eurozone aumentaram o seu capital, mas também realizaram uma redução sensível dos seus activos, para poderem obedecer aos rácios de capital de Basileia III. A desalavancagem que ocorreu não resultou apenas da diminuição da procura, mas também das imposições regulatórias (...)

“Vivemos num paradoxo.

Por um lado, os bancos centrais estão a criar liquidez abundante mas, por outro lado, está-se a dificultar o crédito bancário com uma regulação excessiva”.

Isto dito para salientar que a calibragem das medidas e os calendários e períodos de transição para a sua implementação deviam salvaguardar os diferentes impactos e implicações.

“Demasiada regulação e demasiada complexidade dessa regulação, ainda que individualmente bem intencionadas, podem conduzir a indesejadas consequências, especialmente se não forem estabelecidas com uma visão coerente. Ausente tal visão, demasiada regulação pode conduzir, como vemos hoje, a consequências pró-cíclicas negativas para a economia real”. (fim de citação)

Mas, voltemos às minhas dez constatações:

- (9) - No campo da tecnologia, as mudanças são notáveis, com impactos enormes na área que nos ocupa, abrangendo métodos e serviços, meios e canais de pagamentos.

Em particular, no seguimento dos enormes avanços já concretizados, a revolução digital aplica-se também na banca, onde, a par dos desenvolvimentos e aplicações por esta produzidos ou adoptados, surge uma concorrência nova, lançada por novos operadores (TPP ou *attackers*), que vão entrando em toda a cadeia de valor de pagamentos.

Os bancos, como sempre fizeram, irão aproveitar os benefícios da revolução digital, nomeadamente a nível de processos e de adaptações da sua proposta de valor – focando-se também na oferta de serviços digitais. Esta será a melhor resposta à competição gerada pelos novos *players*, que terá como vantagem incontestável a segurança que o seu passado atesta, bem como a sua experiência na gestão de risco e, em especial, na confiança que transitem aos utilizadores.

- (10) - Na esfera comportamental, é de salientar o trabalho intenso que tem cindo a ser realizado pelas entidades reguladoras e legisladoras e pelos próprios bancos, visando assegurar a transparência e a ética na banca (nomeadamente divulgando informação pertinente sobre a sua actividade), proteger os consumidores (com desenvolvimentos no que respeita às acções sobre medidas restritivas e limitativas, informação clara e apropriada sobre comissões e taxas aplicadas, permitindo uma adequada comparabilidade), e reforçar a educação financeira.

Por seu lado, os próprios bancos vêm produzindo e aplicando Códigos de Boas Práticas, que contribuem para reforçar a confiança dos seus clientes.

Procuraremos, durante esta conferência, cobrir alguns dos temas mais relevantes relacionados com o Sistema de Pagamentos Português.

Vou dar a palavra aos “experts”, a quem agradeço, em nome da APB e dos bancos seus associados, terem aceite partilhar connosco os seus conhecimentos.

Fernando Faria de Oliveira
Presidente da Associação Portuguesa de Bancos